

# ABANDONADO PELA USP, HRAC REJEITA CRIANÇAS COM ANOMALIAS CRANIOFACIAIS DE OUTRAS REGIÕES

Gilberto Nascimento<sup>1</sup>

Manoel Marques



Cirurgião Eudes Soares Nóbrega ao lado do Centrinho-HRAC: misto de orgulho e tristeza

---

*Reverenciado no mundo, depois de prestar atendimento gratuito, por décadas, a dezenas de milhares de pacientes do Brasil todo e da América Latina, o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (“Centrinho”), renomado centro especializado em fissuras labiopalatinas, recebe agora apenas novos pacientes da região de Bauru. Em 2021 a Reitoria transferiu a gestão do hospital ao governo estadual, que por sua vez a repassou, em 2022, a uma fundação privada dita “de apoio”, a Faepa de Ribeirão Preto, que tem a seu serviço 522 funcionários pagos pela universidade e ainda receberá R\$ 309 milhões dos cofres públicos, por contrato de 5 anos firmado sem licitação*

**M**aryana Sobral Delasta, 13 anos, estudante da oitava série do ensino fundamental, acostumou-se a ouvir que tem tudo para ser um modelo de sucesso. Extrovertida, posa bem para fotos, é dona de uma boa oratória. Filha de um comerciante e uma corretora de imóveis, sempre foi a escolhida para falar diante de ilustres visitantes e especialistas de todo o Brasil e do mundo que visitavam a cidade de Bauru, no Centro-Oeste paulista e a 330 quilômetros da capital, para conhecer o famoso e renomado Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC).

Conhecido carinhosamente como “Centrinho”, o HRAC é motivo de orgulho para Bauru, o estado de São Paulo e o Brasil. É pioneiro em suas áreas de atuação e referência nacional e internacional no tratamento e pesquisa das anomalias craniofaciais congênitas, síndromes associadas e deficiências auditivas. Uma das anomalias craniofaciais mais frequentes é a fissura labiopalatina (abertura causada pelo desenvolvimento incompleto do lábio e do palato), conhecida popularmente como lábio leporino, detectado em um a cada 650 recém-nascidos no Brasil. O tratamento multidisciplinar é oferecido gratuitamente no hospital de Bauru via Sistema Único de Saúde (SUS).

Desde 1967, quando foi inaugurado, o Centrinho passou a receber pacientes de todo o Brasil e da América Latina. Ao longo de décadas, atendeu mais de 120 mil pesso-

as que, da infância à fase adulta, passaram por sucessivas cirurgias e tratamentos enquanto foram necessárias, a cargo de uma renomada equipe de especialistas. Os pacientes recebem atendimento desde os primeiros meses de vida até os 18 ou 21 anos, geralmente. Mas há casos em que o tratamento se estende até os 40 ou 50 anos.

Maryana Delasta é um dos exemplos de grande êxito na reabilitação proporcionada pelo Centrinho. Ela chegou ao hospital com apenas sete meses. Nasceu com uma perda auditiva bilateral, severa e profunda — surdez. Com um ano e dois meses, fez a primeira cirurgia para um implante coclear, um dispositivo eletrônico de altíssima tecnologia, conhecido como “ouvido biônico”, que proporciona ao usuário uma sensação auditiva próxima à que ela teria normalmente.

A deficiência de Maryana é quase imperceptível. “O Centrinho para mim é tudo. Eu não seria nada se ele não existisse. Se eu ficar só um pouquinho sem o implante hoje, eu fico desesperada. ‘Meu Deus, e agora?’, costumo dizer. Nesses momentos, fico insegura. Preciso que as pessoas sejam compreensivas comigo. Eu passo dificuldades de deficientes, às vezes, quando vou num supermercado e, na fila preferencial, as pessoas perguntam: ‘Mas como assim? Você é deficiente?’. O implante, porém, me devolveu tudo”, conta a menina.

“O Centrinho acolhe as pessoas de todo o mundo. Ele me trouxe muitas oportunidades, mudou a minha vida. Como

mudou a vida de muitas crianças e pode mudar a vida de muitas outras. Eu não sei o que dizer e nem como agradecer aos médicos e a todos os funcionários do Centrinho. Sou muito grata a eles por tudo o que fizeram. Eles são uma família, acolhem todos, que chegam aqui meio confusos, precisando de ajuda. Muita gente vinha de outras cidades, de outros países. Eu vou ficar muito triste se o Centro fechar”, disse a menina, em uma audiência pública na Câmara Municipal de Bauru, em setembro de 2022, convocada para tentar sensibilizar autoridades, políticos e a população local, a fim de impedir o fechamento do hospital.

Devido à sua desenvoltura ao falar em público sobre o sucesso da reabilitação, Maryana se tornou agora um símbolo da luta para tentar salvar o hospital. Apesar de o Centrinho ter se tornado ao longo dos anos um modelo na América Latina e no mundo na reabilitação de pessoas com anomalias no crânio e na face, a USP subitamente resolveu desfazer-se do hospital e repassá-lo ao governo estadual, por meio de manobras nada transparentes e sem consultar previamente a ampla comunidade envolvida.

O objetivo da Reitoria, segundo médicos, funcionários e sindicalistas, é pura e simplesmente economizar, deixando de arcar com os custos do tratamento de pacientes de todo o estado de São Paulo, do Brasil e do exterior que vão em busca de sua reabilitação. Ao agir desse modo, a USP atropela um de seus pilares conceituais: a extensão universitária, obrigação de devolver à sociedade brasileira os recursos recebidos, oferecendo serviços e conhecimentos diretamente à população.

**Centrinho foi descartado por ter “finalidades assistenciais” e “alto custo”, como se a extensão universitária fosse algo supérfluo. “O reitor apareceu com um discurso de que a USP estava à beira de um colapso financeiro e precisava diminuir gastos”, e “desvincular” HRAC e HU, lembra Claudionor Brandão**

Manoel Marques



Prédio histórico do HRAC, conhecido como Centrinho, à direita na foto

Manoel Marques



Maryana Sobral Delasta, 13 anos, com sua mãe: reconhecimento e amor ao Centrinho

Assim, apesar de seu sucesso, o Centrinho passa hoje por um processo de desmonte e esvaziamento. Tudo começou em agosto de 2014, quando o então reitor da USP, Marco Antonio Zago, baseando-se apenas num re-





M.A. Zago quando reitor em 2014: primeiro algoz do HRAC



Claudionor Brandão, do Sintusp, durante ato em defesa do HU

latório encomendado por ele ao professor José Sebastião dos Santos, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), propôs ao Conselho Universitário da instituição a “desvinculação” tanto do HRAC como do Hospital Universitário (HU), outra instituição de prestígio, localizada na Cidade Universitária do Butantã, na capital.

O HRAC, referência na América Latina e no mundo, não interessava mais à universidade naquele momento devido às suas “finalidades assistenciais” e a um alegado alto custo. “O reitor apareceu com um discurso de que a USP estava à beira de um colapso financeiro e precisava diminuir gastos. E uma das formas [de economizar] seria desvincular o HRAC e também o Hospital Universitário. A assistência à saúde seria uma função do Estado e não da universidade”, lembra Claudionor Brandão, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp).

Docentes, estudantes e funcionários resistiram aos planos de “desvinculação” de ambos os hospitais. A resistência era mais renhida, contudo, no HU, por fatores políticos e geográficos. Na fatídica reunião do Conselho Universitário de 23 de agosto de 2014, diante do forte protesto organizado na portaria do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT, onde excepcionalmente se reuniam os conselheiros já que a USP estava em greve por reajuste salarial), o reitor viu-se obrigado a retirar da pauta a proposta de “desvinculação” do HU. O HRAC não teve a mesma sorte.

No decorrer daquela reunião, a professora Maria Aparecida Moreira Machado, a Cidinha, à época diretora

da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB) e superintendente do HRAC, defendeu a proposta do reitor Zago. Alegou que o Conselho Deliberativo do hospital havia debatido a proposta e era favorável à desvinculação. A informação era falsa, sequer houve debate. Mas a manifestação de Cidinha ajudou a convencer alguns conselheiros hesitantes, e a resolução que a Reitoria propôs foi votada e aprovada por maioria simples.

No Estatuto da USP, porém, não existe a figura da “desvinculação”, um casuísmo do qual Zago lançou mão. Além disso, de modo afrontosamente ilegal, o HRAC deixou de ser considerado um “Órgão Complementar” (como previsto até então no Estatuto, artigo 8º) e passou a ser definido, na mesma ocasião, como “entidade associada” à USP. Decisão absurda, pois o Estatuto assim define as entidades associadas: “Entidades estranhas à Universidade [que] poderão associar-se à USP para fins didáticos e científicos, preservando sua autonomia” (artigo 9º, destaques nossos). O Regimento Geral, por sua vez, diz o seguinte sobre elas: “Entidades com personalidade jurídica de direito público ou privado, [que,] mantida a sua autonomia, poderão associar-se à Universidade de São Paulo para fins didáticos e científicos” (artigo 10º).

Como agravante, de acordo com as normas da USP, o resultado da votação — 63 votos a favor, 27 contrários e 15 abstenções — seria insuficiente para aprovar essas mudanças, porque uma alteração do Estatuto requer maioria qualificada, exigindo mínimo de 77 votos naquele

momento. Mas a Reitoria, normalmente tão ciosa de tais “detalhes”, seguiu adiante dando o assunto por resolvido.

Criou-se então uma situação anômala, na medida em que os funcionários do HRAC continuaram ligados à USP e por ela remunerados (e nem poderia ser diferente), e a Reitoria seguiu nomeando superintendentes do hospital, o que não poderia ocorrer caso fosse realmente uma “entidade associada”. A prova maior de que o HRAC nunca teve, e continuou sem ter, a autonomia prevista no Estatuto e no Regimento Geral é que ele foi vítima de uma enorme maquiagem tramada e executada por sucessivas gestões reitorais.

## **Quando secretário estadual da Saúde, em dezembro de 2018, o ex-reitor M. A. Zago contratou sem licitação a Faepa, para realizar por 5 anos a gestão do Hospital Estadual de Serrana, cidade de 35 mil habitantes. Valor do contrato: R\$ 241 milhões**

A ideia da USP era ceder o HRAC à Secretaria de Estado de Saúde (SES), que recusou a oferta. Entidades e movimentos sociais foram recebidas pelo então governador Geraldo Alckmin (à época no PSDB), hoje vice-presidente da República, que negou-se a vincular o hospital à SES. Numa audiência pública lotada em Bauru, com a participação do professor Francisco Miraglia, representante da Adusp, a Câmara Municipal se posicionou contra os planos da USP em relação ao HRAC.

A forte resistência barrou, momentaneamente, os planos do reitor Zago. Três anos depois, porém, ele conseguiu viabilizar um acordo eleitoreiro com Alckmin para criar o futuro Hospital das Clínicas de Bauru (HCB), que aproveitaria o chamado Prédio 2 do HRAC, em construção havia mais de vinte anos. Ali, o Centrinho deveria inaugurar novas instalações, algo que jamais aconteceu. “A USP disse: eu posso ceder o prédio, se o governo levar junto o HRAC”, resumiu Brandão. Como parte do acordo, a USP criaria um curso de Medicina em Bauru e o futuro HCB encamparia definitivamente o HRAC, passando a funcionar como “hospital-escola”.

Assim, em 2017, a USP criou um curso de Medicina na FOB, o que soou estranho. A aprovação às pressas do curso no Conselho Universitário encontrou resistências até de aliados do reitor, tais as inconsistências do projeto. O prometido HCB, por sua vez, foi criado oficialmente em 2018, mas existiu apenas no papel por anos, salvo por um curto período, durante a pandemia de Covid-19, quando foi usado como hospital de campanha. Só em agosto de 2022 passaria realmente a funcionar.

Em dezembro de 2021, a Reitoria da USP, representada pelo então reitor em fim de mandato Vahan Agopyan, assinou um “acordo de cooperação técnica” com a SES, mediante o qual o governo estadual assume “as atribuições de assistência à saúde atualmente desempenhadas pelo HRAC-USP”, sendo que “as atividades assistenciais atualmente executadas pelo HRAC-USP serão assumidas pela Secretaria após a definição, pela pasta, da modalidade de gestão dentre aquelas permitidas pela legislação vigente, incluindo a operacionalização e gestão da unidade por meio de contrato de gestão com Organização Social de Saúde [OSS] nos termos da Lei Complementar 846/1998”.

Portanto, a Reitoria já sabia, ao assinar o “acordo” com a pasta estadual da Saúde, que o HRAC seria repassado a uma OSS. Não houve licitação para a escolha, mas um mero “chamamento público”. Cinco entidades, todas elas fundações privadas qualificadas como “organizações sociais de saúde”, apresentaram-se como candidatas e quem levou a melhor foi a Fundação de Apoio à Pesquisa do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (Faepa), uma entidade constituída e comandada por docentes da FMRP. Nessa escolha, ocorrida em maio de 2022, ficou evidente um conflito de interesses.

A Faepa já controlava inteiramente a gestão do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, que pertencia à USP e hoje é uma autarquia. O atual reitor da universidade, Carlos Gilberto Carlotti Jr., era professor da FMRP e, quando diretor dessa faculdade, entre 2013 e 2016, foi presidente do Conselho de Curadores e de Administração da Faepa. Portanto foi nessa condição que em agosto de 2014, ocupando um assento no Conselho Universitário, Carlotti Jr. votou pela “desvinculação” do HRAC. E, na condição de reitor recém-empossado em janeiro de 2022, assinou os documentos anexos ao “acordo” de transferência do hospital para o governo estadual.



No final do mandato, Vahan assinou “Acordo de Cooperação Técnica”

Apesar de, ao longo de seu mandato, haver atacado e sabotado abertamente o HRAC e o HU, Marco Antonio Zago tornou-se secretário estadual da Saúde por um breve período, durante o governo Márcio França (PSB), em 2018. Logo seria nomeado presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapesp), cargo que ainda exerce. Embora tenha permanecido à frente da SES por apenas oito meses, Zago, que é docente aposentado da FMRP, encontrou tempo para assinar um contrato de gestão com a Faepa (Processo 001.0500.000045/2018). Firmado em 7 de dezembro de 2018, por dispensa de licitação, o contrato prevê o pagamento de nada menos que R\$ 241 milhões à Faepa, para que esta se incumba, por cinco anos, da gestão do Hospital Estadual de Serrana, cidade de 35 mil habitantes.

O “desmanche” do HRAC precedeu a transferência para o governo estadual (e a entrega da gestão à Faepa). Em junho de 2019, o professor Carlos Ferreira dos Santos, superintendente do HRAC e diretor da FOB, passou a restringir o atendimento a pacientes no hospital. O Centrinho, agora, atende apenas pacientes novos que sejam



Reitor atual Carlotti Jr. presidiu Conselho Curador da Faepa

oriundos das 39 cidades que fazem parte da região administrativa de Bauru. Assim, exclui-se a população dos demais 606 municípios de São Paulo, sem falar no restante do Brasil. Por outro lado, médicos e demais profissionais do Centrinho que se aposentam ou se desligam por qualquer motivo não têm sido substituídos.

### **Funcionários da USP lotados no HRAC trabalham agora para a fundação privada contratada para gerir o HCB, conforme previsto no “acordo de cooperação técnica” firmado entre a universidade e o governo estadual, e isso “até que ocorra a vacância dos respectivos empregos”!**

Em fevereiro de 2023, a USP cedeu gratuitamente à Faepa a qualificadíssima equipe médica e de saúde do HRAC, num total de 522 funcionárias e funcionários que passam a receber ordens de gestores da fundação privada, embora seus salários continuem a ser pagos pela universidade. As servidoras e servidores foram alvo de pressões e coação da Reitoria da USP para que assinassem um termo de anuência à respectiva transferência para o Hospital das Clínicas de Bauru, já nas mãos da Faepa.

A migração compulsória da força de trabalho, modalidade neoliberal de escravismo, já estava prevista no



“acordo” firmado com a SES, figurando como uma das obrigações da USP “disponibilizar a equipe de servidores técnicos e administrativos atualmente responsáveis pelas atividades hospitalares do HRAC, até que ocorra a vacância dos respectivos empregos, responsabilizando-se por suportar os custos incorridos na folha de pagamento e os devidos encargos existentes”. Ou seja: até que se aposentem ou faleçam, essas trabalhadoras e trabalhadores se vêem na obrigação de trabalhar para a Faepa ou qualquer outra OSS que venha a assumir o HCB.

Excelente negócio para a Faepa. Além do corpo funcional que lhe foi cedido pela USP sem qualquer ônus, a fundação privada receberá do governo de São Paulo R\$ 309 milhões para gerir o novo HCB por cinco anos, conforme o contrato firmado pelo governador Rodrigo Garcia, sucessor de João Doria, em julho de 2022. Com prováveis aditamentos, esse valor deve ser ainda maior, prevê o sindicalista Brandão. Afinal de contas, inicialmente, o próprio Garcia falava em gastos de R\$ 1 bilhão com o HCB, pelo mesmo período.

Os funcionários que não concordaram em assinar o termo de anuência foram avisados pelo Departamento de Recursos Humanos da USP que não poderiam mais trabalhar no HRAC a partir de 1º de fevereiro de 2023, quando a Faepa assumiria o hospital. Vinte e cinco funcionárias e funcionários recusaram-se a assinar e portanto a trabalhar sob as ordens da Faepa, preferindo sujeitar-se a uma transferência para a FOB ou para alguma outra unidade da USP fora de Bauru.

Na visão de Brandão, dirigente do Sintusp, há pessoas e entidades que serão beneficiadas com a entrega do HRAC àquela fundação privada. “É importante observar que, hoje, quem está gerindo o HRAC são professores da USP. E são professores da fundação ligada à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Só que eles não estão mais gerindo pela USP. Estão gerindo pela Faepa, uma instituição de direito privado, que tem no seu Conselho empresárias como a Luiza Trajano”, critica. Hospitais públicos são sucateados com essa intenção, avalia o sindicalista. “Vão sendo desmontados. Eles não contratam, não investem na manutenção e na estrutura do hospital, nem na renovação dos equipamentos. Vão fechando gradativamente. E dizem, então, que é preciso uma OSS para gerir, para virar um balcão de negócio para as fundações”, completa.

Cinco anos após a criação açodada, na FOB, do curso de Medicina de Bauru, a Reitoria prepara agora a cria-



Governo Rodrigo Garcia contratou a Faepa

ção da Faculdade de Medicina de Bauru, cuja sigla será “FMBru”. O projeto elaborado pela direção da FOB é tão problemático que, após convocar uma reunião extraordinária do Conselho Universitário com a finalidade de aprová-lo, o reitor Carlotti Jr. viu-se obrigado a cancelar o encontro, a pedido da Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP). Prevê a contratação de 80% de seu corpo docente pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e em regime parcial (20 horas), em vez de contratar os profissionais como estatutários e em regime de dedicação integral (RDIDP). Propõe ainda que os docentes da “FMBru” sejam contratados “como empregados do HCB”, isto é: a serviço da Faepa. Aponta esta e outras duas fundações privadas como “parceiras institucionais” da futura faculdade.

**“Quando se coloca uma OSS, não haverá mais servidores públicos estaduais aprovados em concurso. Vão fazer as contratações como uma terceirização. Nesse aspecto, é uma privatização”, diz Thyago Cezar, ex-paciente do HRAC, doutorando em Ciências da Reabilitação e vice-presidente da Profis**

Para o advogado Thyago Cezar, vice-presidente da Rede Nacional de Associações de Pais e Pessoas com Fissura Labiopalatina (Rede Profis), o HRAC, na prática, passou por um processo de privatização. “Temos de ter um olhar apurado ao falar de privatização, para não parecer que o serviço terá de ser pago a partir de agora. Não é isso. Mas existem formas de privatizar a saúde. Quando se coloca uma OSS, não haverá mais servidores públicos estaduais aprovados em concurso. Vão fazer as contratações como uma terceirização. Nesse aspecto, é uma privatização”, explicou Cezar.

Na avaliação de Cezar, a desvinculação do HRAC da USP deve empobrecer o tratamento. “Hoje, o atendimento proporcionado leva muito mais em conta os aspectos financeiros do que o principal objetivo, que é a saúde. A direção do hospital sempre diz que continuará dando toda a atenção aos nossos pacientes. Mas temo que, no futuro, o tratamento, que era sempre voltado para o melhor da ciência, para a melhor execução, estará condicionado às ações descritas nos cronogramas de tabelas do SUS”, diz o dirigente da Profis, que representa 30 associações e cerca de 10 mil pais e pessoas com fissuras labiopalatinas.

“O HRAC sempre foi um hospital-escola. Como desenvolver a ciência da melhor qualidade e o melhor tratamento, sem o desenvolvimento de novas tecnologias e com a redução de investimentos para novas terapias, que sempre foi o carro-chefe da instituição?”, indaga o advogado, um ex-paciente com fissura labiopalatina que passou por dez cirurgias no Centrinho, desde os três anos de idade, e que hoje é também pesquisador e doutorando em Ciências da Reabilitação no programa de pós-graduação do hospital. O Centrinho já formou cerca de 1.700 mestres, doutores e especialistas.

“O Centrinho é um polo de transformação de vidas. Pessoalmente, é uma tristeza ver a USP tomar



Thyago Cezar, ex-paciente, Rede Profis

essa decisão. Para mim, enquanto paciente que vivi por esses corredores desde os meus primeiros dias de vida até os 25 anos, é triste. Vejo que muitos dos brasileiros, inclusive muitos paulistas e paulistanos como eu, não terão a mesma sorte que tive, ao receber um tratamento que representa a verdadeira existência do nosso sistema único de saúde”, lamentou Cezar. “O hospital merecia muito mais respeito de nossos governantes, por ser o que ele é. Pela história que tem, pela capacidade de desenvolver o melhor da ciência. É um dos melhores do mundo e encantou muita gente”.

Outros centros especializados na área foram criados no país, nos últimos anos, mas nenhum tem as mesmas características do HRAC, segundo Cezar. “Não posso dizer que outros centros no Brasil não prestam um serviço de ponta de tecnologia. Mas eles não contemplam todas as fases do tratamento necessário, em muitos casos, como o HRAC”.

A Rede Profis moveu, em junho de 2022, uma ação civil pública com pedido de tutela antecipada, na 2ª Vara da Fazenda Pública de Bauru, contra a USP e a Fazenda Pública do Estado, para anular a decisão que desvinculou o hospital da universidade. Na ação, a Rede Profis questionou a inexistência de maioria qualificada na decisão do Conselho Universitário de agosto de 2014, ressaltou o direito ao tratamento gratuito a pessoas com deficiência, garantido pelas leis 8.080/1990 e 13.146/2015, e considerou a decisão da USP “completamente incompatível” com as diretrizes estabelecidas pelo próprio Estatuto, “fazendo jus, portanto, à anulação e consequente restauração do vínculo”.

A Justiça de Bauru, dois meses depois, negou o pedido de tutela de urgência na ação civil. A Rede Profis contestou e em seguida houve a especificação de provas. O Ministério Público, então, deu o seu parecer, considerando improcedente a ação. Em novembro de 2023 o processo aguardava as alegações finais das partes e não havia ainda a sentença.



**“Temos todos os profissionais para dar atendimento adequado e fazer o paciente fissurado retornar à sociedade reabilitado. Vários centros copiaram essa estrutura”, conta o cirurgião Eudes Nóbrega, do HRAC. “Éramos também o maior centro em termos de capacitação de pessoal. Formamos residentes em várias especialidades”**



Dr. Eudes à frente do Prédio 2 do HRAC, que agora abriga o HCB

O HRAC é o primeiro centro brasileiro a reunir todos os profissionais necessários no tratamento e reabilitação de pacientes com fissuras labiopalatinas. Desenvolve ainda experiências inovadoras, que se tornam modelo para todo o Brasil e a América Latina. Quem explica é o chefe da área de Cirurgia Plástica do Centrinho, o cirurgião Eudes Soares de Sá Nóbrega, um cearense de Fortaleza, falante, bem-humorado e orgulhoso do trabalho que faz na instituição, há 36 anos.

“Temos todos os profissionais para dar o atendimento adequado e fazer o paciente fissurado retornar à sociedade totalmente reabilitado. Vários centros copiaram essa estrutura do nosso hospital”, gaba-se Nóbrega. Na equipe do HRAC há cirurgias plásticas, dentistas, ortodontistas, periodontistas, geneticistas, fonoterapeutas, fonoaudiólogos, otorrinolaringologistas, neurologistas, cirurgias craniofaciais, pediatras, psicólogos e assistentes sociais. “Sempre tivemos um hospital exclusivamente dedicado a isso. Éramos até uns cinco anos atrás o maior centro com dedicação exclusiva ao tratamento de fissurados. Só

perdemos agora porque a China, a maior economia do mundo, se tornou a maior em tudo. Mas éramos também o maior centro em termos de volume e de capacitação de pessoal. Formamos residentes em várias especialidades”, comemora o cirurgião.

Nóbrega cita experiências pioneiras desenvolvidas pela equipe do HRAC, entre elas uma prótese para reabilitar a musculatura do palato posterior. “Era um aparelho programado para tampar o palato, servindo como prótese. Com o tempo, observou-se que a musculatura do palato tornou-se mais ativa com essa prótese. Aí, retirando-a, já era possível, então, fazer uma cirurgia. Antes, havia uma abertura, ou fenda, tão grande que nenhuma cirurgia era capaz de fechar. Usou-se a prótese para um objetivo, mas ela serviu para outro. É uma coisa que foi descoberta quase por acaso e hoje está sendo publicada no mundo inteiro”, afirma.

Vários profissionais e pesquisadores do HRAC têm publicado trabalhos reconhecidos mundialmente em conceituadas revistas científicas. O próprio Nóbrega desenvolve uma experiência para evitar incisões internas no nariz de crianças que nascem com fissuras bilaterais. A professora Daniela Garib, atual chefe do Departamento de Odontopediatria, Ortodontia e Saúde Coletiva da FOB,



Radialista Alexandre Pittoli

também desenvolveu no HRAC um aparelho de expansão do maxilar, que reduz pela metade o tratamento da fissura labiopalatina bilateral.

“Existe um aparelho de expandir lateralmente a mandíbula do paciente, de um lado para o outro, e a professora Daniela inventou um outro que permite a expansão para a frente, o que facilita esse tratamento”, esclarece Nóbrega. A indústria de equipamentos e materiais médicos passou a produzir o aparelho e a professora recebe *royalties* hoje. O HRAC também desenvolveu técnicas próprias para tratamento da síndrome de Pierre Robin, uma rara anomalia causada por mal posicionamento fetal, do qual resulta um defeito no maxilar — o desencontro das arcadas dentárias e a articulação insuficiente do queixo, que marcou as feições, por exemplo, do compositor carioca Noel Rosa.

O HRAC ganhou o nome de Centrinho porque no seu início, em 1967, funcionava em uma pequena salinha na FOB. Pacientes com fissuras procuravam o Centrinho para cuidar da parte odontológica, mas recebiam um atendimento mais amplo. O Centrinho, então, passou a realizar cirurgias, virou um hospital e especializou-se na reabilitação de anomalias craniofaciais.

“Além de fissura de lábio e palato, o HRAC trata dos grandes defeitos congênitos da face. Quando uma criança

nasce com o crânio defeituoso, por exemplo, exige-se uma intervenção muito mais delicada, com o auxílio de neurocirurgião, para a abertura do crânio. É necessária uma UTI muito capacitada para isso. O HRAC formou uma equipe bastante capaz de tratar tudo isso”, atesta Nóbrega.

O HRAC atendia dez novos pacientes por dia, em média. Atualmente, recebe dois ou três. Nóbrega, pessoalmente, atendia 25 pacientes por dia (excetuando-se os dias em que realiza cirurgias), os novos e os que já seguiam em tratamento. Agora, esse número caiu para quatro. A média de cirurgias ao dia era 25, e hoje é 17, número, porém, ainda considerado excessivo. “A coisa mais feliz da minha vida é dar alta. Às vezes, dou três altas definitivas num dia e o paciente não precisa mais voltar nunca mais. Está definitivamente reabilitado”, alegre-se o cirurgião.

### **“O R de ‘Reabilitação’ do HRAC agora não existe mais”, protesta o radialista Alexandre Pittoli, de Bauru. “Cirurgiões se aposentaram e a USP não contratou outros para substituí-los. Eram 12, hoje são oito. Estou atendendo os meus pacientes e os dos outros”, denuncia Nóbrega**

A luta do Centrinho por sua sobrevivência ganhou apoio dos mais diversos setores da sociedade hoje não só em Bauru, mas em todo o país. Um de seus maiores defensores, o apresentador Alexandre Pittoli, diretor-executivo da rádio Auri Verde de Bauru (ex-rede Jovem Pan), liderou uma campanha em sua emissora para salvar o hospital. Ele passou a denunciar diariamente na emissora os acordos e negociações políticas entre autoridades e políticos que colocaram o HRAC como moeda de troca para levar o Hospital das Clínicas à cidade.

À época à frente da Jovem Pan Bauru e dono de grande audiência, Pittoli conseguiu fazer com que suas denúncias chegassem a todo o Brasil, mobilizando os atuais e ex-pacientes, além de seus familiares e simpatizantes do hospital. “Eu comecei também a provocar a minha audiência. E perguntava: você conhece o Centrinho? Já ouviu falar do HRAC? Mensagens começaram a chegar do Brasil

inteiro e as pessoas passaram a se movimentar. Precisávamos fazer alguma coisa”, conta Pittoli à *Revista Adusp*.

Ele lembrou que a TV TEM, emissora local, fez uma enquete em 2017 para identificar quais eram os principais símbolos de Bauru. O zoológico da cidade apareceu em primeiro lugar, e o Centrinho em segundo. “Eu nem sou

favorável a que se chame o hospital de Centrinho, pois pode parecer algo pequeno. HRAC é melhor, pois tem o R de reabilitação, fundamental no processo. Não é simplesmente reconstruir o palato de uma criança, colocar um implante coclear. Vai muito além disso: é aprender a falar, aprender a mamar, aprender a comer, a deglutir. Mas, hoje, o R da reabilitação acabou”, protesta.

Quando a entrega do HRAC ao governo estadual estava para ser efetivada, o apresentador foi cinco vezes a São Paulo para pedir ao então governador João Doria que impedisse essa medida, mas não teve sucesso. “Numa entrevista que fiz com o reitor Carlotti, ele quis abandonar a conversa no meio. Eu disse que ele não poderia fugir e que ele iria ter no seu currículo o fechamento do Centrinho”, recorda Pittoli.

O HRAC agora rejeita o “assistencialismo” e “só quer saber da educação”, constata o cirurgião Nóbrega. “A USP só quer gastar ensinando e fazendo pós-graduação. Eu fico muito triste. Mas a minha tristeza é a de muitos. Infelizmente, a vida é assim. Sou um subalterno, a gente tem de tocar a vida. Ainda sou um funcionário da USP, mas agora subordinado à Faepa”, frisa. “Cirurgiões se aposentaram e a USP não contratou outros para substituí-los. Eram 12,

Manoel Marques



Vereadora Estela Almagro

Daniel Garcia



Deputado Carlos Giannazi

hoje são oito. A USP não contrata faz oito ou dez anos. Estou atendendo os meus pacientes e os dos outros”, denuncia. “Agora, com o hospital dirigido por uma fundação, eles vão receber uma verba X do governo e vão ter que se adaptar a essa verba. Têm de gastar o mínimo possível, dentro do exequível, porque precisa sobrar alguma coisa”, pontua.

Audiências públicas para tentar salvar o HRAC foram realizadas em 2022 na Câmara Municipal de Bauru e na Assembleia Legislativa de São Paulo, convocadas, respectivamente, pela vereadora Estela Almagro (PT) e pelo deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL).

“O HRAC, que oferece um serviço muito completo, despertou a ganância. A hora que um atendimento referência como esse deixar de ser do SUS, vai se tornar algo muito caro. Esse serviço está sendo entregue a entidades supostamente sem fins lucrativos. A decisão vinha sendo construída nos três últimos governos no Estado”, acusa a vereadora. “Foi um retrocesso essa desvinculação. É uma tragédia anunciada. Vai prejudicar o atendimento, pois a USP tinha todo o *know-how*, uma história e um conhecimento. Era um centro de excelência, dava um atendimento personalizado, coisa que o HCB não vai fazer”, emenda o deputado Giannazi.

No entender de Brandão, uma fundação privada receber recursos que podem chegar a centenas de milhões de reais em cinco anos, como chegou a ser aventado, levando ainda uma equipe de 522 profissionais especializados que segue na folha de pagamento da USP, “é um negócio da China, uma coisa de máfia, de organização criminoso”.

## Nota

1 Jornalista. Especial para a *Revista Adusp*.